

INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SC

Termo de Referência 242/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

SABRINA REBELO SCHMITT

Atualizado em

03/09/2025 20:07 (v 0.4)

242/2025

158516-INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SC

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

238/2025

Processo Administrativo

23292.035696/2024-38

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE, COM FORNECIMENTO CONTINUADO, DE GÁS INDUSTRIAL, GÁS GLP, CILINDROS E INSUMOS PARA MULTICAMPI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quant .	Preço Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE/GRUPO 1: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 13Kg e 5 kg, e Kites para Instalação					
35	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 5Kg - Gás de cozinha para uso doméstico. Entrega em Lages e Urupema.	KG	2	84,90	169,80
36	CARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), 13KG - GÁS DE COZINHA PARA USO DOMÉSTICO. ENTREGA EM JARAGUÁ DO SUL E JOINVILLE	unid	6	123,00	738,00
54	Kit para instalação de gás de cozinha de uso doméstico contendo os seguintes materiais: Uma mangueira transparente de aproximadamente 1,25 m fabricada em plástico (PVC) transparente, trançada, com tarja amarela onde devem estar gravados o código NBR 8613 e o prazo de validade que deverá ser de 5 anos; Duas abraçadeiras metálicas para a fixação da mangueira; Um regulador de pressão para gás que conste o selo de indicação de conformidade e o prazo de validade que deverá ser de 5 anos.	KIT	17	65,00	1.105,00
55	Mangueira Gás Bm X Bm 1,50 Metro + Abraçadeiras Instalação Glp Gn Kit contém: *1- Mangueira 1,50 Metro para Gás Flexível em Malha de Aço Interior	Unid.	63	70,85	4.463,55

	Borracha 1/2" Bico Liso x Bico Liso Diâmetro 3/8 Resistente à temperatura - 20°C a +120°C *2- Abraçadeira Regulavel Rosca Sem Fim OBS: Instruções de Utilização do Flexível de Borracha para Condução de Gases GLP/GN Conforme a Norma NBR 13.419 e NBR 14.955 * NBR 13.419- Mangueira de Borracha Nitrilica, Capa Trançada Com Fios de Alumínio e Luva de Aperto Metálica. * NBR 14.955- Mangueira de Borracha Nitrilica, Capa Trançada Com Fios De Alumínio, Conexões de Latão e Luva de Aperto Metálico. Possui Certificado de Qualidade				
69	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 13Kg - Gás de cozinha para uso doméstico. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	Recarga	17	123,00	2.091,00
70	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 13Kg - Gás de cozinha para uso doméstico. Entrega em São Miguel do Oeste.	Recarga	2	123,00	246,00
71	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 13Kg - Gás de cozinha para uso doméstico. Entrega em Lages e Urupema.	Recarga	3	119,25	357,75
72	Carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 13Kg - Gás de cozinha para uso doméstico. Entrega em Florianópolis, Garopaba, Palhoça e São José.	Recarga	27	123,00	3.321,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 12.492,10					
LOTE/GRUPO 3: Cilindros para gases					
42	CILINDRO (VAZIO) DE 6M³,PARA ARMAZENAR MISTURA DE GASES ARGÔNIO E DIÓXIDO DE CARBONO 6M³, PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO DE 200BAR, COR PADRÃO ABNT. ALTURA (APROXIMADAMENTE) 1,20M; DIÂMETRO (APROXIMADAMENTE) 23 CM; PESO (APROXIMADAMENTE) 43 KG. CILINDRO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT. Entrega em São Miguel do Oeste.	UNIDADE	4	3.500,00	14.000,00
43	CILINDRO GÁS, MATERIAL:AÇO, CAPACIDADE ARMAZENAGEM:9 KG, TIPO GÁS:ACETILENO CILINDRO GÁS	UN	2	3.147,98	6.295,96
44	CILINDRO GÁS, MATERIAL:AÇO, CAPACIDADE ARMAZENAGEM: 10 M3 (50 L), TIPO GÁS: HÉLIO	Un.	1	2.250,00	2.250,00
45	"CILINDRO GÁS, MATERIAL:AÇO, TIPO GÁS:OXIGÊNIO, OXIACETILENO, ACETILENO, VOLUME:10 M3 CILINDRO GÁS	UNIDADE	2	2.400,00	4.800,00
46	Cilindro para armazenar Gás Argônio, fabricado em aço, com capacidade de 10m3 ou 50L, com diâmetro externo aproximado de 219mm e altura aproximada de 1.612mm, com peso aproximado de 61kg, na cor padrão. Em conformidade com normas ABNT e legislação correlata. Cilindro vazio. Entrega em Itajaí.	UNIDADE	4	2.189,75	8.759,00
47	Cilindro (Vazio) para armazenar gás Argônio 7m³, pressão máxima de trabalho de 200Bar, cor padrão ABNT marrom. Altura (aproximadamente) 1,20	UNIDADE	5	1.588,00	7.940,00

	m; Diâmetro (aproximadamente) 23 cm; Peso (aproximadamente) 43kg. Cilindro em conformidade com as normas da ABNT. ENTREGA EM SÃO MIGUEL DO OESTE, LAGES e CAÇADOR.				
49	Cilindro para armazenar Mistura de gases Argônio e dióxido de carbônico , fabricado em aço, com capacidade de 10m3 ou 50L, com diâmetro externo aproximado de 219mm e altura aproximada de 1.612 mm, com peso aproximado de 61kg, na cor padrão. Em conformidade com normas ABNT e legislação correlata. Cilindro vazio. Entrega em Itajaí.	UNIDADE	4	2.210,00	8.840,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 52.884,96					
LOTE/GRUPO 4: Araranguá e Criciúma					
5	Carga de gás comprimido, acetileno, incolor, odor de alho, inflamável, c2h2, 26,04 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 74-86-2 para abastecer cilindros de 9Kg. Entrega em Araranguá, Criciúma e Tubarão.	KG	127	110,00	13.970,00
12	Carga de gás comprimido, argônio, incolor, inodoro, ar, 39,94 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 7440-37-1 para abastecer cilindros de 7m³. Entrega em Araranguá, Criciúma e Tubarão.	M3	123	100,00	12.300,00
15	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO, ARGÔNIO, INERTE, INCOLOR, INODORO, AR, 39,94 G/MOL, TEOR DE PUREZA IGUAL OU SUPERIOR A 4.6 (99,996%) PARA ABASTECER CILINDROS DE 7M³. ENTREGA EM ARARANGUÁ, CRICIÚMA E TUBARÃO.	m³	2	100,00	200,00
18	Carga de gás comprimido, dióxido de carbono, incolor, inodoro, co2, 44,0 g /mol, teor mín. 99% v/v, uso industrial, cas 124-38-9 para abastecer cilindros de 25Kg. Entrega em Araranguá, Criciúma e Tubarão.	KG	250	25,00	6.250,00
25	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, o2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 10m³. Entrega em Araranguá, Criciúma e Tubarão.	M3	152	17,89	2.719,28
29	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, o2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 7m³. Entrega em Araranguá, Criciúma e Tubarão.	M3	2	36,00	72,00
38	Carga de Mistura de gases com 75% de gás Argônio e 25% de dióxido de carbono para abastecer cilindros de 10m3. Entrega em Araranguá, Criciúma e Tubarão.	M3	150	45,00	6.750,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 42.261,28					
LOTE/GRUPO 5: Garopaba, Florianópolis, São José, Florianópolis - Continente e Florianópolis - Reitoria					
22		M3	22	38,91	856,02

	Carga de gás comprimido, nitrogênio, inerte, incolor, inodoro, n2, 28,96 g/mol, teor mínimo de 99,999%, grau analítico, cas 7727-37-9 para abastecer cilindros de 1m³. Entrega em Florianópolis e São José.				
23	Carga de gás comprimido, nitrogênio, inerte, incolor, inodoro, n2, 28,96 g/mol, teor mínimo de 99,999%, grau analítico, cas 7727-37-9 para abastecer cilindros de 7m³. Entrega em Florianópolis e São José.	M3	7	38,91	272,37
31	Carga de gás comprimido, acetileno, incolor, odor de alho, inflamável, c2h2, 26,04 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 74-86-2 para abastecer cilindros de 1Kg. Entrega em São José	Kg	15	200,00	3.000,00
34	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, o2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 1m³. Entrega em São José.	M3	15	120,00	1.800,00
67	Carga de Gás Ar Sintético, incolor, inodoro, comprimido a altas pressões. FISPQ: P-4560 Nº ONU: 1002 Número de risco: 1 gás não inflamável e não-tóxico; tipo 5.0 FID, Pureza 99,999% (O2 + N2), exceto Argônio O2=20 ± 0,5%, impurezas: THC(1) < 0,1; WM3/ABNT 218-1 para abastecer cilindro com 10m3.Entrega em Florianópolis e São José.	m³	10	39,63	396,30
68	Carga de gás comprimido, hidrogênio, incolor, inodoro, inflamável, H2, 2,01 g /mol, teor mínimo de 99,999%, grau analítico, cas 1333-74-0, para abastecer cilindro com 7m³. Entrega em Florianópolis e São José.	m³	10	183,68	1.836,80
80	Carga de gás comprimido, acetileno, incolor, odor de alho, inflamável, c2h2, 26,04 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 74-86-2 para abastecer cilindros de 9kg. Entrega em Florianópolis e São José.	KG	9	110,00	990,00
82	Carga de gás comprimido, argônio, incolor, inodoro, ar, 39,94 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 7440-37-1 para abastecer cilindros de 7m³. Entrega em Florianópolis e São José.	M3	49	100,00	4.900,00
83	Carga de gás comprimido, dióxido de carbono, incolor, inodoro, co2, 44,0 g /mol, teor mín. 99% v/v, uso industrial, cas 124-38-9 para abastecer cilindros de 25kg. Entrega em Florianópolis e São José.	KG	100	25,00	2.500,00
84	Carga de Mistura de gases com 75% a 80% de gás argônio e 20 % a 25 % de dióxido de carbono para abastecer cilindros de 7m3. Entrega em Florianópolis e São José.	M3	28	45,00	1.260,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 17.811,49					
LOTE/GRUPO 6: Gaspar e Itajaí					
9	Carga de gás comprimido, argônio, incolor, inodoro, ar, 39,94 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 7440-37-1 para abastecer cilindros de 7m³ e 10m³. Entrega em Itajaí.	M3	84	100,00	8.400,00
16		Kg	130	25,00	3.250,00

	Carga de gás comprimido, dióxido de carbono, incolor, inodoro, co2, 44,0 g/mol, teor mín. 99% v/v, uso industrial, cas 124-38-9 para abastecer cilindros de 34Kg e 25Kg. Entrega em Itajaí.				
24	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, o2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 10m³. Entrega em Itajaí.	M3	50	17,89	894,50
27	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO, OXIGÊNIO, INCOLOR, INODORO, O2, 31,99 G/MOL, TEOR MÍNIMO DE 99,5%, GRAU ANALÍTICO, CAS 7782- 44-7 PARA ABASTECER CILINDROS DE 1M³. ENTREGA EM ITAJAÍ	M3	8	17,89	143,12
32	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO, ACETILENO, INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, C2H2, 26,04 G/MOL, TEOR MÍN. 99% V/V, CAS 74-86-2 PARA ABASTECER CILINDROS DE 1KG. ENTREGA EM ITAJAÍ	Kg	8	200,00	1.600,00
37	Carga de Mistura de gases com 75% a 80% de gás argônio e 20 % a 25 % de dióxido de carbono para abastecer cilindros de 10 m3. Entrega em Itajaí.	m³	80	45,00	3.600,00
81	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO, ACETILENO, INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, C2H2, 26,04 G/MOL, TEOR MÍN. 99% V/V, CAS 74-86-2 PARA ABASTECER CILINDROS DE 9KG. ENTREGA EM ITAJAÍ	Kg	36	200,00	7.200,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 25.087,62					
LOTE/GRUPO 7: Jaraguá do Sul - RAU, Jaraguá do Sul- Centro, Joinville e Canoinhas					
4	Carga de gás comprimido, acetileno, incolor, odor de alho, inflamável, c2h2, 26,04 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 74-86-2 para abastecer cilindros de 9kg. Entrega em Jaraguá do Sul e Joinville.	KG	153	110,00	16.830,00
8	Carga de gás comprimido, argônio, incolor, inodoro, ar, 39,94 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 7440-37-1 para abastecer cilindros de 7m³ e 10m³. Entrega em Jaraguá do Sul e Joinville.	M3	200	100,00	20.000,00
17	Carga de gás comprimido, dióxido de carbono, incolor, inodoro, CO2, 44,0 g/mol, teor mín. 99% v/v, uso industrial, cas 124-38-9 para abastecer cilindros de 25kg. Entrega em Jaraguá do Sul e Joinville.	KG	300	25,00	7.500,00
28	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, O2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 7 m³ ou 10m³. Entrega em Jaraguá do Sul e Joinville.	M3	180	17,89	3.220,20
56	Carga de Mistura de gases com 75% de gás Argônio e 25% de dióxido de carbono para abastecer cilindros de 7m3 e 10m3. Entrega em Jaraguá do Sul e Joinville.	M3	160	45,00	7.200,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 54.750,20					
LOTE/GRUPO 8: São Carlos, Caçador, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Chapecó					

3	Carga de gás comprimido, acetileno, incolor, odor de alho, inflamável, c2h2, 26,04 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 74-86-2 para abastecer cilindros de 1Kg. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	KG	12	200,00	2.400,00
6	Carga de gás comprimido, acetileno, incolor, odor de alho, inflamável, c2h2, 26,04 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 74-86-2 para abastecer cilindros de 9Kg. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	KG	20	110,00	2.200,00

7	Carga de gás comprimido, ar sintético, incolor, inodoro, comprimido a altas pressões. FISPQ: P-4560 N° ONU: 1002 Número de risco: 1 gás não-inflamável e não-tóxico; tipo 5.0 FID, Pureza 99,999% (O2 + N2), exceto Argônio O2=20 ± 0,5%, impurezas: THC(1) < 0,1; WM3/ABNT 218-1, para abastecer cilindros de 7 a 10m³. Entrega em São Miguel do Oeste.	M3	2	39,63	79,26
10	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO, ARGÔNIO, INCOLOR, INODORO, AR, 39,94 G/MOL, TEOR MÍN. 99% V/V, CAS 7440-37-1 PARA ABASTECER CILINDROS DE 10M3. ENTREGA EM CAÇADOR.	UNIDADE	10	100,00	1.000,00
11	Carga de gás comprimido, argônio, incolor, inodoro, ar, 39,94 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 7440-37-1 para abastecer cilindros de 10m³. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	M3	22	100,00	2.200,00
13	Carga de gás comprimido, argônio, incolor, inodoro, ar, 39,94 g/mol, teor mín. 99% v/v, cas 7440-37-1 para abastecer cilindros de 7m³. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	M3	52	100,00	5.200,00
14	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO ARGÔNIO (CILINDRO DE 6M3) - ENTREGA EM SÃO MIGUEL DO OESTE	M3	49	170,00	8.330,00
19	Carga de gás comprimido, dióxido de carbono, incolor, inodoro, co2, 44,0 g /mol, teor mín. 99% v/v, uso industrial, cas 124-38-9 para abastecer cilindros de 25Kg. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	KG	54	25,00	1.350,00
20	Carga de gás comprimido, dióxido de carbono, incolor, inodoro, co2, 44,0 g /mol, teor mín. 99% v/v, uso industrial, cas 124-38-9 para abastecer cilindros de 25Kg. Entrega em São Miguel do Oeste.	KG	50	25,00	1.250,00
21	Carga de gás comprimido, hélio, incolor, inodoro, inflamável, he, 4,00 g/mol, teor mínimo de 99,999%, grau analítico, cas 7440-59-7 para abastecer cilindro de 7m³ a 10m³. Entrega em São Miguel do Oeste.	Recarga	1	478,00	478,00
26	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, o2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 1m³. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	M3	12	17,89	214,68
30	Carga de gás comprimido, oxigênio, incolor, inodoro, o2, 31,99 g/mol, teor mínimo de 99,5%, grau analítico, cas 7782-44-7 para abastecer cilindros de 7m³. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	M3	25	17,89	447,25
33		M3	3	170,00	510,00

	CARGA DE GÁS COMPRIMIDO, ARGÔNIO, INCOLOR, INODORO, AR, 39,94 G/MOL, TEOR MÍN. 99% V/V, CAS 7440-37-1 PARA ABASTECER CILINDROS DE 1M3. ENTREGA EM SÃO MIGUEL DO OESTE.				
39	CARGA DE MISTURA DE GASES COM 75% DE GÁS ARGÔNIO E 25% DE DIÓXIDO DE CARBONO PARA ABASTECER CILINDROS DE 7M3. ENTREGA EM CAÇADOR	UNIDADE	7	45,00	315,00
40	Carga de Mistura de gases com 75% de gás Argônio e 25% de dióxido de carbono para abastecer cilindros de 7m3. Entrega em Chapecó, São Carlos e Xanxerê.	M3	64	64,93	4.155,52
41	Carga de Mistura de gases com 85% a 95% de gás argônio e 5 % a 15 % de dióxido de carbono para abastecer cilindros de 6m3. Entrega em São Miguel do Oeste.	m³	49	54,00	2.646,00
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 32.775,71					
LOTE/GRUPO 9: Urupema e Lages					
1	GÁS COMPRIMIDO, NOME:ACETILENO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA:C2H2, MASSA MOLECULAR:26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA:TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 74-86-2 entrega em Lages	m³	60	120,79	7.247,40
2	GÁS COMPRIMIDO, NOME:ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:AR, MASSA MOLECULAR:39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA:TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7440-37-1 entrega em Lages.	m³	80	135,90	10.872,00
50	GÁS COMPRIMIDO, NOME: HÉLIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA:HE, MASSA MOLECULAR: 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA:TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7440-59-7	m³	10	495,26	4.952,60
51	GÁS COMPRIMIDO, NOME:AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO:INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA:TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:GRAU ANALÍTICO	m³	20	168,44	3.368,80
52	GÁS COMPRIMIDO, NOME:HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA:H2, MASSA MOLECULAR: 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA:TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 1333-74-0	m³	20	183,68	3.673,60
53	GÁS COMPRIMIDO, NOME:NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA:N2, MASSA MOLECULAR:28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA:TEOR MÍNIMO DE 99,999%,	M3	62	38,91	2.412,42

	CARACTERÍSTICA ADICIONAL:GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 7727-37-9				
57	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO:LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO: ARGÔNIO - 75% E DIÓXIDO DE CARBONO - 25%, APRESENTAÇÃO: CILINDRO MISTURA GASOSA	m³	80	46,59	3.727,20
58	GÁS COMPRIMIDO, NOME:OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA:O2, MASSA MOLECULAR:31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 10024-97-2 entrega em Lages	m³	80	172,78	13.822,40
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 50.076,42					
LOTE/GRUPO 10: Reguladores de pressão e válvulas corta chama					
59	Regulador de pressão de alta vazão para central de gás de solda fabricado em latão forjado, composto por dois manômetros, sendo um manômetro para medir a pressão de entrada (fundo de escala de 40 kgf/cm²) e outro para medir a pressão de saída (fundo de escala de 4 kgf/cm²). O regulador deve suportar a pressão de entrada de 40 kgf/cm² e fornecer na saída uma pressão máxima de até 5 kgf/cm². A vazão deve estar em torno de 40 m³/h (tolerância de +- 10%). O regulador de pressão deve estar devidamente identificado e equipado com as conexões adequadas para montagem na tubulação da central de gás. Regulador específico para uso de gás Acetileno.	Un.	6	288,90	1.733,40
60	Regulador de pressão de alta vazão para central de gás de solda fabricado em latão forjado, composto por dois manômetros, sendo um manômetro para medir a pressão de entrada (fundo de escala de 315 kgf/cm²) e outro para medir a pressão de saída (fundo de escala de 20 kgf/cm²). O regulador deve suportar a pressão de entrada de 200 kgf/cm² e fornecer na saída uma pressão máxima de 16 kgf /cm². A vazão deve estar em torno de 200 m³/h (tolerância de +- 20%). O regulador de pressão deve estar devidamente identificado e equipado com as conexões adequadas para montagem na tubulação da central de gás. Regulador específico para uso de gás Argônio ou mistura Argônio + Dióxido de Carbono.	Un.	3	1.522,09	4.566,27
61	Regulador de pressão de alta vazão para central de gás de solda fabricado em latão forjado, composto por dois manômetros, sendo um manômetro para medir a pressão de entrada (fundo de escala de 315 kgf/cm²) e outro para medir a pressão de saída (fundo de escala de 20 kgf/cm²). O regulador deve suportar a pressão de entrada de 200 kgf/cm² e fornecer na saída uma pressão máxima de 16 kgf /cm². A vazão deve estar em torno de 200 m³/h (tolerância de +- 20%). O regulador de pressão deve estar devidamente identificado	Un.	3	1.250,00	3.750,00

	e equipado com as conexões adequadas para montagem na tubulação da central de gás. Regulador específico para uso de gás Dióxido de Carbono (CO2).				
62	Regulador de pressão de alta vazão para central de gás de solda fabricado em latão forjado, composto por dois manômetros, sendo um manômetro para medir a pressão de entrada (fundo de escala de 315 kgf/cm²) e outro para medir a pressão de saída (fundo de escala de 20 kgf/cm²). O regulador deve suportar a pressão de entrada de 200 kgf/cm² e fornecer na saída uma pressão máxima de 16 kgf/cm². A vazão deve estar em torno de 200 m³/h (tolerância de +- 20%). O regulador de pressão deve estar devidamente identificado e equipado com as conexões adequadas para montagem na tubulação da central de gás. Regulador específico para uso de gás Oxigênio.	Un.	6	1.284,02	7.704,12
63	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES ESTÁGIO PARA REDE CANALIZADA COM GÁS ARGÔNIO, FABRICADO COM FLUXÔMETRO PARA MEDIR A VAZÃO DE SAÍDA DOS GASES. FABRICADO COM CORPO FORJADO EMLATÃO, TAMPA COM PINTURA EPÓXI E FLUXÔMETRO. PRESSÃO MÁXIMA DE ENTRADA DE 14 KGF/CM² E PRESSÃO DE SAÍDA DE 3,5 KGF/CM², VAZÃO MÁXIMA DE 30 L/MIN. MARCA DE REFERÊNCIA: HARRIS BRASTAK OU SL INDÚSTRIA.	UNIDADE	6	501,61	3.009,66
64	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES ESTÁGIO PARA REDE CANALIZADA COM GÁS ARGÔNIO FABRICADO COM UM MANÔMETRO DE 30 LITROS PARA MEDIR A PRESSÃO DE SAÍDA DOS GASES. FABRICADO COM CORPO FORJADO EM LATÃO, TAMPA COM PINTURA EPÓXI E MANOPLA FRONTAL DE REGULAGEM COM TRAVA INTERNA. PRESSÃO MÁXIMA DE ENTRADA DE 14 KGF/CM² E PRESSÃO DE SAÍDA DE 3,5 KGF/CM², VAZÃO MÁXIMA DE 30 M³/H. MARCA DE REFERÊNCIA: HARRIS BRASTAK OU SM INDÚSTRIA.	UNIDADE	16	402,25	6.436,00
65	REGULADOR DE PRESSÃO SIMPLES ESTÁGIO PARA REDE CANALIZADA COM GÁS CARBÔNICO (CO2) FABRICADO COM UM MANÔMETRO DE 30 LITROS PARA MEDIR A PRESSÃO DE SAÍDA DOS GASES. FABRICADO COM CORPO FORJADO EM LATÃO, TAMPA COM PINTURA EPÓXI E MANOPLA FRONTAL DE REGULAGEM COM TRAVA INTERNA. PRESSÃO MÁXIMA DE ENTRADA DE 14 KGF/CM² E PRESSÃO DE SAÍDA DE 3,5 KGF/CM², VAZÃO MÁXIMA DE 30 M³/H. MARCA DE REFERÊNCIA: HARRIS BRASTAK OU SM INDÚSTRIA.	UNIDADE	4	346,59	1.386,36
66	VÁLVULA CORTA-CHAMA/FOGO, ACETILENO PARA MAÇARICO OXI CORTE. MARCA REFERÊNCIA VONDER VCF 677 MG.	UNIDADE	4	52,35	209,40
Valor Total do Lote/Grupo: R\$ 28.795,21					

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 meses, contados da sua assinatura, na forma do Art 15, inciso IX, do decreto 11462/2023. A partir da aquisição dos itens, cada Câmpus firmará contrato pelo prazo de 12 meses, e que, na totalidade, poderá ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo VI deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP:11402887000160-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 10/09/2024;

III) Id do item no PCA:48712; 48710; 48711; 48705; 48706; 48707; 48708; 48709 e 48713

VI) Classe/Grupo: 6830;6830; 6830; 9999; 8120; 6810; 4720; 4720 e 4320

V) Identificador da Futura Contratação:158516-238/2025

2.3. Complementarmente a fundamentação contida no Estudo Técnico Preliminar informa-se que esta Dispensa de Licitação está resguardada pelo inciso III, Art. 75, alínea a), da Lei 14133.

2.4 Essa Dispensa de Licitação deriva do Pregão Eletrônico 91003/2024, com sessão no dia 01/07/2025, e que teve como resultado para os seus 10 grupos: 8 grupos desertos e 2 fracassados. Conforme relatório do pregão nº 91003/2024, Anexo VII, deste termo.

2.5 Dentre os 10 grupos do PE 91003/2024, apenas o grupo 2 foi suprimido dessa Dispensa de Licitação, pois dois Câmpus (Continente e Garopaba) optaram por não participar deste certame.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo VI deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.;;

4.1.2. estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.1.3. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.1.4 possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos;

4.1.5 A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.1.5.1 elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

4.1.5.2 adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento e

4.1.5.3 informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. A empresa Contratada, caso opte pela subcontratação, receberá a solicitação de fornecimento dos itens do grupo 1 e subcontratará empresa com capacidade logística para realizar a entrega no endereço do Câmpus solicitante.

4.3. Poderá ser subcontratada a seguinte parcela do objeto:

4.3.1. Grupo 1 - Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), 45 Kg e Cilindro P 45; .

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da Autorização de Fornecimento.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. **O fornecimento de bens é enquadrado como continuado** tendo em vista que atenderá as necessidades contínuas do órgão, sendo a vigência plurianual a mais adequada para o objeto - o Estudo Técnico Preliminar demonstra a importância da não interrupção no fornecimento dos gases para o funcionamento das atividades de ensino dos Câmpus.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

CÂMPUS	ENDEREÇO
Câmpus Araranguá	Av. XV de Novembro, s/nº – Bairro Aeroporto – CEP: 88900-000 – Araranguá – SC – Fone: (48) 3311-5000; e-mail: compras.ararangua@ifsc.edu.br .
Câmpus Caçador	Av. Fahdo Thomé, 3000, Champagnat – Caçador – SC – 89503-550, Fone: (49) 3561-5700; e-mail: compras.cdr@ifsc.edu.br .
Câmpus Canoinhas	AV. Expedicionários, 2150 – Bairro Campo do Água Verde – CEP 89460-000 – Canoinhas SC: Fone: (47) 3627- 4500; e-mail: compras.canoinhas@ifsc.edu.br .
Câmpus Chapecó	Av. Nereu Ramos, 3450 D – Bairro Seminário – Chapecó/SC CEP: 89813-000 – Fone: (49) 3313-1240; e-mail: compras.chapeco@ifsc.edu.br .
Câmpus Criciúma	SC 443, km 01, nº. 845 - Bairro Vila Rica – Criciúma – SC – CEP 88813-600; Esquina com Rua Antônio Daré; Fone: (48) 3462-5000; e-mail: compras.criciuma@ifsc.edu.br .
Câmpus Florianópolis	Av. Mauro Ramos, 950 – Centro – Florianópolis/SC. CEP: 88020-300 – Almoxarifado, Fone: (48) 3211-6000; e-mail: compras.fpolis@ifsc.edu.br .

Câmpus Gaspar	Rua Adriano Kormann, 510 – Bairro Bela Vista – Gaspar – SC; CEP 89110-971; Fone: (47) 3318-3700; e-mail: compras.gaspar@ifsc.edu.br.
Câmpus Itajaí	Av. Vereador Abrahão João Francisco, 3899, Bairro Ressacada – Itajaí – SC; CEP 88307-303; Fone: (47) 3390-1200; e-mail: compras.itj@ifsc.edu.br.
Câmpus Jaraguá do Sul – Rau	Rua dos Imigrantes, nº 445 – Bairro Rau – 89254-430 – Jaraguá do Sul; Fone: (47) 3276-9600; e-mail: compras.rau@ifsc.edu.br
Câmpus Jaraguá do Sul	Av. Getúlio Vargas, nº 830 – Centro – Jaraguá do Sul – CEP: 89251-000, Fone: (47) 3276-8700; e-mail: compras.jar@ifsc.edu.br.
Câmpus Joinville	Rua Pavão, 1337 – Loteamento Novo Horizonte – Bairro Costa e Silva, Joinville/SC – CEP: 89220-618 – Fone: (47) 3431-5600; e-mail: compras.joinville@ifsc.edu.br.
Câmpus Lages	Rua Heitor Vila Lobos, s/n – Bairro São Francisco – Lages – CEP 88506-400, Fone: (49) 3221-4200; e-mail: compras.lages@ifsc.edu.br.
Câmpus São Carlos	Rua Aloisio Stoffell, 1271 – Jardim Alvorada – São Carlos/SC – CEP 89885-000; Fone: (49) 3325-4149; e-mail: compras.sca@ifsc.edu.br
Câmpus São José	R. José Lino Kretzer, 608 – Bairro Praia Comprida – CEP: 88103-310 São José – SC; Fones: (48) 3381-2800 e Fax: 3381-2812; e-mail: compras.sje@ifsc.edu.br
Câmpus São Miguel do Oeste	Rua 22 de Abril, s/n – Bairro São Luiz – São Miguel do Oeste – SC 89900-970, Fone: (49)3631-0400; e-mail: compras.smo@ifsc.edu.br.
Câmpus Urupema	Estrada do Senadinho s/n – Centro – Urupema – SC – 88625-970, Fone: (49) 3236-3100; e-mail: compras.urupema@ifsc.edu.br.
Câmpus Xanxerê	Rua Euclides Hack, 1603 – Bairro Veneza – Xanxerê – SC – 89820-000; Fone: (49) 3441-7900; e-mail: compras.xxe@ifsc.edu.br.

Reitoria	Av. 14 de julho 150 – Coqueiros – Florianópolis – SC – CEP: 88075-010 – Fones: (48) 3877-9000; e-mail: compras@ifsc.edu.br .
----------	---

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2.Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas

exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/03/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA através da Contratação Direta, dentro das condições iniciais do pregão PE 91003/2024, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. O fornecedor apresentará proposta formal contendo as quantidades, especificações, valores (conforme constam no Anexo III - Quadro de Especificações Mínimas), dados da empresa (CNPJ, razão social, representante legal, endereço, contato telefônico e de e-mail) data e assinatura.

9.3 O fornecedor dará concordância com os termos para a contratação por meio do documento do Anexo II desse TR.

9.4 Para o grupo I a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Para os grupos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X a participação não é exclusiva, nos termos do art. 10º, inciso II e do seu parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 8538, de 2015, e conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

Forma de fornecimento

9.5. O fornecimento do objeto será **continuado**.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.7. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [A6]

9.11. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.12. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 316.934,99 (Trezentos e dezesseis reais, novecentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos no quadro de especificações mínimas em anexo.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26438/158516;

II) Fonte de recursos: 10000000;

III) Programa de trabalho: 231852;

IV) Elemento de despesa: 339030 (consumo) e 339052 (permanente) e

V) Plano interno: L20RLP01CT.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Gaspar, 03 de setembro de 2025

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9]* ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

OU

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14] .

5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]

OU

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa de Licitação n. **96030/2025**, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2025

(Nome e CPF e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Favorável

RICARDO MENEZES BATISTA

Chefe do Departamento de Administração - Câmpus Gaspar

Despacho: Favorável

SABRINA REBELO SCHMITT

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/09/2025 às 20:07:44.

Despacho: Favorável

PEDRO HENRIQUE PEREIRA MOTA

Equipe de Planejamento